



Polícia Federal deve ouvir hoje o ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres, após a defesa ter acesso aos autos do processo. Delegado segue preso no 4º Batalhão da PM por determinação de Alexandre de Moraes

Expectativa pelo novo depoimento

» VICTOR CORREIA

O delegado Anderson Torres, ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, deve prestar hoje um novo depoimento à Polícia Federal. Ele é investigado por possível omissão com os ataques terroristas de 8 de janeiro, na Esplanada. Integrantes do primeiro escalão do governo federal o acusam de ter sabotado o comando das forças de segurança pouco antes dos atos. O ex-secretário ficou em silêncio na primeira vez que foi questionado pelos policiais federais, mas a expectativa é que ele preste esclarecimentos dessa vez, já que a defesa teve acesso aos autos do processo.

O segundo depoimento foi um pedido da defesa de Torres, e solicitado ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela PF. Durante a primeira oitiva, na quarta-feira passada, que durou cerca de uma hora, o ex-secretário ficou em silêncio. Entre as perguntas feitas pelos policiais estava a minuta de decreto presidencial encontrada pela PF durante operação de busca e apreensão em sua casa. O documento continha um dispositivo para que

o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) interviesse no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e nas cortes eleitorais regionais, declarando Estado de Defesa, durante o pleito do ano passado. Caso fosse assinado, o decreto poderia ser usado para alterar o resultado das eleições.

A defesa de Torres argumentou que não teve acesso ao material dos inquéritos e disse que o delegado está disposto a responder às questões dos policiais no próximo depoimento, após ter acesso aos autos do processo. Até a noite de ontem, porém, a oitiva de Torres não estava confirmada oficialmente.

Outro tema de interesse dos investigadores é o conteúdo do celular do ex-secretário, que foi deixado nos Estados Unidos. Torres alega que o aparelho havia sido clonado. Para tentar acessar os dados, a Procuradoria-Geral da República (PGR) não descarta estabelecer uma cooperação internacional. Investigadores consideram também acesso remoto, pela nuvem.

Estofado rasgado

Torres está preso preventivamente no 4º Batalhão de

Evaristo Sá/AFP



Torres ficou calado durante o primeiro depoimento: celular deixado nos EUA é uma das dúvidas da PF

Polícia Militar do Distrito Federal desde 14 de janeiro, por determinação do ministro do STF Alexandre de Moraes. Ele ocupa uma cela que tem um sofá com o estofado rasgado, banheiro, beliche, uma televisão e frigobar. Ele pediu

ainda acompanhamento psicológico, o que foi acatado pela Justiça.

O ex-secretário viajou de férias para os Estados Unidos um dia antes do terrorismo na Esplanada. Quando houve a ordem de prisão, no dia 10, ele

voltou ao país e foi preso assim que desembarcou em Brasília. Torres negou ter se encontrado com Jair Bolsonaro durante a estadia em Orlando, na Flórida, onde o ex-presidente está hospedado desde o início do ano. O governador

afastado do DF, Ibaneis Rocha, porém, disse em seu depoimento que as férias de Torres começaram apenas em 9 de janeiro e que, portanto, o ex-secretário tem responsabilidade pelo ocorrido.

“Tomei a decisão de interromper as minhas férias e retornar ao Brasil. Vou me apresentar à Justiça e cuidar da minha defesa”, declarou Torres antes de se entregar. Ele também nega as acusações de que foi conivente com os ataques terroristas, classificando-as como “hipóteses absurdas”. Sobre a minuta encontrada pela PF, o ex-secretário alega que o documento estava em uma pilha de papéis para descarte.

Torres é acusado por membros do governo federal de ter sabotado o comando da Secretaria de Segurança Pública para permitir a invasão e depredação das sedes dos três Poderes. Em depoimento, o então “número dois” da pasta, ex-secretário-executivo Fernando de Sousa Oliveira, afirmou que Torres aprovou um plano criado para lidar com as manifestações de 8 de janeiro. Ele assumiu o comando da pasta após a viagem do ex-secretário.

O Plano de Ações Integradas, segundo Oliveira, continha uma programação para cada uma das forças de segurança. O ex-secretário-executivo disse ainda que Torres não passou nenhuma diretriz sobre os atos bolsonaristas, que já eram esperados, nem o apresentou às forças ou a Ibaneis. Sobre a possibilidade de sabotagem, porém, Oliveira afirmou que houve uma falha da Polícia Militar ao executar o plano para contenção dos extremistas.

Em busca da harmonia entre os Poderes

» KELLY HEKALLY
Especial para o Correio

O terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) entra na quarta semana com uma situação atípica no país desde a redemocratização: a tentativa de instalação de um golpe de Estado ou de, pelo menos, um caminho aberto para a derrubada do regime republicano. Os atos criminosos de bolsonaristas no dia 8, contudo, ganharam projeções diferentes, adiando entre Executivo, Legislativo e Judiciário uma relação harmônica que precisaria ser trilhada a partir da interação cotidiana entre os Poderes para que se reestabelecesse no Brasil a plenitude do Estado Democrático de Direito.

Previsto constitucionalmente, o modelo de freios e contrapesos vem, há cerca de uma década, estremitado, após termos como politização do Judiciário diante de atos no mensalão e na Lava-Jato ficarem em voga. A cena de Lula caminhando de braços dados com Rosa Weber, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), do Palácio do Planalto à Corte, junto a Augusto Aras, representante máximo do Ministério Público Federal (MPF) e da Procuradoria-Geral da República (PGR), e governadores, após reunião de solidariedade aos ataques terroristas na Esplanada, ganhou espaço e apontou para uma pacificação democrática.

“O grande desafio do presidente Lula é reorganizar a direita civilizada no país e isolar Bolsonaro e o bolsonarismo para acabar com o avanço do fascismo no Brasil”, opina Marco Aurélio de Carvalho, jurista e coordenador do Grupo Prerrogativas. “O presidente vai investir em uma relação de independência e harmonia com os demais Poderes, dando segurança jurídica e previsibilidade para as relações entre Executivo, Legislativo e Judiciário”, completa.

Professor de ciência política,

» Suspeito preso em Boa Vista

A Polícia Federal prendeu em flagrante, na noite da sexta-feira, em Boa Vista, um suspeito de incentivar o assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo a PF, o crime teria sido cometido por meio de um comentário em rede social. A corporação não divulgou o nome nem a atividade do acusado. O preso teria dito que seria “a hora de colocar a bala na cabeça dele” em uma publicação no Instagram sobre a visita do presidente à Roraima, no sábado. A prisão em flagrante foi fundamentada no artigo 359-M do Código Penal: “tentar depor por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído”. Também foi citada incitação ao crime. A PF informou que o investigado está detido no sistema prisional do estado.

João Feres argumenta que a agressão aos Três Poderes fortaleceu uma relação para que as instituições atacadas se unissem, mas pondera que há, para Lula, o “grande desafio de se viabilizar, do ponto de vista orçamentário, e poder governar sem ter oposição muito grande para discutir no parlamento pautas como o teto de gastos”. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), já sinalizou que intenciona que haja debate sobre a regra instalada no período de Michel Temer (MDB) na Presidência e que cria entraves para investimentos do Orçamento da União em áreas como saúde e educação, estabelecendo assim uma política de austeridade.

“Há uma agenda conservadora, mais tradicional, ditada por partidos neoliberais, alinhados a uma concepção de gasto público.” Para a professora de ciência política da Universidade Federal

de Alagoas (Ufal) Luciana Santana, apesar dos atentados e dos resultados advindos deles, Lula conseguiu se fortalecer antes mesmo do prazo que, até de maneira inconsciente, teria para estabelecer a conexão com Legislativo e Judiciário. “Lula até conseguiria com um tempo maior de mandato.”

A docente considera, no entanto, que não é possível cravar que o perfil junto ao Congresso será de harmonia plena, apesar dos indícios, e que esse cenário poderá ser previsto após o início da próxima legislatura, em 1º de fevereiro. Na ocasião, Câmara dos Deputados e Senado voltam a funcionar em sua plenitude, com parlamentares empossados. “Há uma composição mais desfavorável ainda para Lula, inclusive formada por parlamentares cujos partidos estão no governo, como o União Brasil. O presidente precisa tomar rumos diferentes dos de 2003 e 2007, anos de seus anteriores mandatos, em que havia outro perfil congressista.”

“Veneno”

Para Luciana, podem ter ficado resquícios do estilo de presidencialismo de coalizão, fora do preconizado pela teoria política, por parte do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). “O parlamento provou uma espécie de veneno, com muita autonomia orçamentária. Vamos ver como deputados e senadores se comportam agora.” Uma das primeiras vitórias de Lula, pelas mãos do STF, foi a decisão por maioria da Corte que tornou o Orçamento Secreto inconstitucional, fazendo com que, assim, as chamadas emendas de relator (RP9) passassem a ter 50% de controle das duas Casas do Congresso e 50% voltassem aos cofres do governo federal. O total dos recursos gira em torno de R\$ 19 bilhões anualmente.

“O Congresso não foi de um todo complacente com Bolsonaro.

AFP



Especialistas avaliam que ato terrorista estreitou relações entre Executivo, Legislativo e Judiciário

Rodrigo Pacheco (presidente do Senado e do Congresso) é um exemplo de quem defendeu as pautas relevantes ao país. Arthur Lira (presidente da Câmara) é uma incógnita, mas ele deve ter uma atuação mais pragmática, procurando soluções mais articuladas. Segurou algumas tentativas de Bolsonaro fora do campo democrático. Acerca de possíveis divergências entre Lula e STF considerando o passado progressivo de decisões de ministros da Corte – como a de Luiz Fux, que impediu, a partir de manobra regimental, que o petista concedesse entrevista no período em que estava preso na Polícia Federal (PF), em Curitiba, —, a cientista política opina que essas situações foram superadas.

“Não tem qualquer tipo de revanchismo com relação aos ministros do STF ou Lira. Lula olha para frente, e é isso que o faz ser um dos maiores líderes políticos do país e do mundo”, acrescenta Marco Aurélio de Carvalho. André Mendonça e Nunes Marques, ministros do Supremo



O grande desafio do presidente Lula é reorganizar a direita civilizada no país e isolar Bolsonaro e o bolsonarismo para acabar com o avanço do fascismo no Brasil”

Marco Aurélio de Carvalho,
jurista e coordenador do
Grupo Prerrogativas

indicados por Bolsonaro, não se manifestaram com tanto peso quanto por exemplo Ricardo Lewandowski após os atos criminosos. Para João Feres, ambos acabaram ficando meio isolados na Corte, em decorrência da atuação a favor do governo Bolsonaro em determinadas decisões.

Questionado sobre se Mendonça e Nunes Marques devem se aproximar dos demais ministros em decisões que possam ir de encontro aos ideários bolsonaristas, o cientista político explica que “é difícil prever” e adensa que “a carreira jurídica é diferente da política”. “Depois que eles estão lá, começam a andar com as próprias pernas”.

Apesar do atual cenário de pacifismo entre Executivo, Legislativo e Judiciário, é natural das democracias movimentos de discordância. Os especialistas divergem de como as relações entre os Três Poderes vão se dar nos próximos meses. “O momento é de pacificação, de construção de caminhos para as defesas da democracia e das instituições. Acho que não vamos ter uma agenda de conflitos entre nenhum dos Poderes.” Luciana argumenta que, diante dos quatro últimos anos de tensionamento, entre 2019 e 2022, o STF consolidou sua visão de relevância de harmonia institucional.